

HERÓIS SEPULTADOS E HERÓIS VIVOS: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS TÊM A DIZER SOBRE A FUNDAÇÃO DA NAÇÃO?

Buried and Alive heroes: what does the textbooks have to say about the national foundation?

André Luan Nunes Macedo*

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo comparar os ensinamentos de história brasileiro e venezuelano a partir da análise de livros didáticos utilizados em escolas públicas. Pretendemos construir uma compreensão das possíveis relações entre os processos de formação da identidade com os conteúdos de história nacional. Nosso objeto remete às apropriações existentes nos materiais didáticos que produzem sentido à consciência histórica, por meio do estudo de materiais didáticos produzidos em 2013 no Brasil e na Venezuela. Do ponto de vista da Venezuela, os materiais escolhidos são feitos pelo próprio governo bolivariano, a chamada *Colección Bicentenario*, publicada pela primeira vez em 2012, tendo sua segunda edição em 2013. No caso brasileiro, utilizamos os materiais didáticos melhores avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014. A investigação sobre os políticos recorre não só aos estudos historiográficos sobre as figuras do mito fundador nacional. Foi também necessário apresentar um balanço conceitual sobre a formação dos estados, situando a América Latina no contexto de construção identitária-nacional. A questão nacional brasileira, e a latino-americana em geral, precisam de um espectro teórico e crítico próprio, que reflita suas especificidades. Esse é um dos objetivos de nosso trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Livros didáticos. América Latina. Independência. Brasil. Venezuela

ABSTRACT: This work has as objective the comparing of Brazilian and Venezuelan teaching of history throughout the textbooks used in public schools. We pretend to build a comprehension of the possible relations between the process of identity formation with the national history contents. We utilized as an assumption three Venezuelan and one Brazilian textbook. In Venezuela's perspective, the chosen textbooks were made by the bolivarian government itself, also known as *Colección Bicentenario*, published in 2012, having its second edition in 2013. In the Brazilian case, we utilized the best evaluated textbooks by the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) of 2014. The investigation about the politicians refers not only to historiographical studies about the mythical founders of the nation. It was also necessary to present a conceptual balance on the formation of states, situating Latin America in the context of building the national identity. The Brazilian question, and Latin American in general, needs its own theoretical and critical spectre, that reflects its own specificities. That is one of the objectives of our work.

KEYWORDS: Textbooks. Latin America. Independency. Brazil. Venezuela.

* Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. Professor substituto da Universidade Federal de Alagoas. Leciona nas áreas de Ensino de História e História do Brasil. e-mail: andreluanlamarca@gmail.com

O que é a independência para Brasil e Venezuela nos livros didáticos? Qual é o significado do termo do ponto de vista histórico? Como aparecem os heróis que “fundam o mito” da nação em ambos os países? Existe um culto personalista dessas figuras? De que forma a história da independência constrói um imaginário político que opera e produz sentido nas consciências históricas nacionais a partir da relação passado-presente-futuro?

Para responder às questões levantadas, é necessário compreender as opções ideológicas e políticas dos autores e editoras dos livros didáticos ao tratar sobre a fundação das nações. Cabe, nesse sentido, analisar figuras históricas que sintetizam o sentimento de pátria e de rompimento com a metrópole e o Pacto Colonial. Analisando Venezuela e Brasil, temos de um lado o libertador Simon Bolívar, os generais “coadjuvantes” que estiveram ao seu lado nas batalhas pela libertação das colônias espanholas - O’Higgins, San Martín, Sucre, Miranda - e seu precursor intelectual - Simon Rodríguez. No caso brasileiro, temos Dom Pedro I e a formação de um império brasileiro que “rompe pelo alto” com a Coroa portuguesa. Além disso, temos também a figura de Tiradentes, a “Fênix Republicana” de fins do século XIX e início do XX, transformado miticamente em um herói nacional a ser cultuado por sua luta anti-colonial contra a tirania portuguesa.

A investigação sobre os políticos recorre não só aos estudos historiográficos sobre as figuras do mito fundador nacional. É também necessário apresentar um balanço conceitual sobre a formação dos estados, situando a América Latina no contexto de construção identitária-nacional. Situamos os livros didáticos no centro da formação nacional, como artefato ideológico crucial que produz significado para a nação. Afinal, o que os livros têm a nos dizer sobre a independência?

Considerações metodológicas

Utilizamos nesse artigo quatro livros didáticos venezuelanos e dois brasileiros. Do ponto de vista da Venezuela, os materiais escolhidos são feitos pelo próprio governo bolivariano, a chamada *Colección Bicentenario*, publicada pela primeira vez em 2012, tendo sua segunda edição em 2013. Conseguimos os materiais digitalizados quando realizamos um trabalho de campo, ao conversar

diretamente com o vice-ministro responsável pela direção da publicação destes materiais. Trata-se de uma tiragem de 450 mil exemplares espalhados por todas as escolas públicas do país.

Durante nossa investigação, detectamos três exemplares que tratavam diretamente sobre a questão da fundação nacional e com o enaltecimento do “Libertador” Simon Bolívar: “*Historia de Venezuela y de Nuestramérica*”, “*História de la Republica*”, “*Bolívar: tempo y vigencia del hombre de las dificultades*” São materiais voltados para alunos do primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio. Existe um volume alto de exemplares dos materiais venezuelanos que tocam no assunto, mostrando que o objeto de pesquisa para a confecção deste artigo não se limita a esses exemplares. Nesse sentido, temos como objetivo analisar a história nacional segundo o chavismo enquanto perspectiva ideológica.

No caso brasileiro, utilizamos os materiais didáticos melhores avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014: o *Projeto Araribá e História e Vida Integrada*. Os critérios do PNLD estão contidos em uma Ficha de Avaliação que analisou os livros a partir dos seguintes elementos: “(1) manual do professor; (2) componente curricular História; (3) proposta pedagógica; (4) formação cidadã e (5) projeto gráfico” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, pg.16).

A América Latina entre as nações criollas e a unidade nacional como projeto

Voltar à questão da formação dos Estados-Nação remete a uma tensão com o projeto civilizatório europeu para a humanidade. Para Xavier-Guerra, a ideia de nação e seu derivativo conceitual para a construção de uma ideia de povo a partir do sujeito cidadão são as “duas maiores novidades do mundo moderno” (1999, pp. 33-61). A construção de uma identidade nacional das colônias hispânicas durante o processo de independência se dá a partir de embates que buscam disputar tal “novidade”. Diferentemente do que ocorre nas nações europeias, que procuravam uma homogeneização do povo a partir da construção da cidadania, as colônias espanholas entendiam o projeto de construção da nação como uma soma dos diferentes povos que existiam nesse território (GUERRA, Idem, p.37). Trata-se, portanto, de uma visão histórico-cultural distinta sobre a nacionalidade, uma construção identitária latino-americana.

Dentro desse conglomerado de povos americanos, a mestiçagem entre europeus, indígenas e negros fundamenta a base étnica que produz um outro significado para a constituição de um novo

sujeito político nos trópicos. Segundo a tipologia étnico-nacional de Darcy Ribeiro, os povos que se misturaram e produziram o fenômeno da violenta mestiçagem e deculturação das etnias indígenas e africanas perante o europeu fazem parte da substância que os unifica contraditoriamente nos chamados Povos-novos:

Os Povos-Novos das Américas são, também, o resultado de formas específicas de dominação étnica e de organização produtiva sob condições de extrema opressão social e deculturação compulsória que, embora exercidas em outras épocas e em distintas áreas do mundo, alcançaram na América colonial a mais ampla e a mais rigorosa aplicação. [...] Os traços comuns a todas estas nações e enclaves, que as caracterizam como Povos- Novos, não se revelam apenas no seu processo formativo. Manifestam-se, também, nos seus perfis atuais e nos problemas de amadurecimento étnico-nacional e de desenvolvimento sócio econômico com que se defrontam. Manifestam-se, sobretudo, pelo seu desatrelamento de qualquer tradição arcaica, que permitiu configurar as parcelas mais atrasadas de suas populações como componentes marginais de tipo diverso daquele que encontramos nos Povos- Testemunho [as antigas civilizações-Estado indígenas], porque marginalizados antes social do que culturalmente. O processo de integração compulsória a que foram submetidos os deculturou drasticamente, conformando-os como massas propensas à mudança e, por isto mesmo, menos conservantistas e mais flexíveis. (RIBEIRO,1970, p.226-232)

A consolidação dos povos novos no continente americano, aliada a questões específicas da conjuntura global, levou à construção de uma unidade nacional com características próprias da formação dos Estados-Nação nas Américas. Quando falamos mais especificamente das colônias hispânicas, há um complexo movimento de independência a partir de suas guerras, ininteligíveis se colocadas como uma mera *derivação comum* dos desencadeamentos e dos fatos políticos da Europa. Nesse sentido é que o título de nosso tópico ganha substância, uma vez que há uma naturalização conveniente por parte da história europeia em encarar a fragmentação da Grã-Colômbia em distintas e pequenas nações.

Dentro dessa mesma problematização cabe questionar se, de fato, grande parte dos estudos voltados para o entendimento teórico sobre a ideia de nação respeita os limites e parâmetros de especificidade entre o projeto civilizatório europeu e o projeto independentista das colônias americanas. Em termos de estudos historiográficos, antropológicos e das ciências sociais em geral percebemos uma transposição mecânica das concepções sobre a nação no Velho Mundo instaladas na *intelligentsia* crítica de nossos intelectuais dos trópicos. Autores europeus que veem as nações como “comunidades imaginadas”, “invenções de tradição” ou até mesmo “uma ideologia de falseamento da realidade” reproduzem suas teses acadêmicas nos trópicos em uma zona nacional de conforto bem consolidada e hegemônica perante o cenário internacional.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

El concepto de ‘Nación’ es anacrónico para la mayor parte de los europeos, sólo en el sentido de que han realizado hace ya mucho tiempo su unidad nacional en el marco del Estado moderno. El nacionalismo de los europeos es tan profundo, arraigado y espontáneo, bajo su manto imperial de generoso universalismo, que únicamente se advierte cuando otros pueblos, llegados más tarde a la historia del mundo, pretenden realizar los mismos objetivos que los europeos perseguían en los siglos XVI, XVII, XVIII y XIX. Resulta cosa de meditación percibir entonces su afectada indiferencia (teñida de un sutil desprecio) hacia los importunos brotados en las márgenes del mundo civilizado. Es el momento que los europeos eligen para subrayar en los nacionalismos de los países coloniales su fosforescencia folclórica, su pintoresca filiación religiosa o sus evidentes rasgos semibárbaros (RAMOS,2012, p.21).

A ideologia eurocêntrica é um motor da história para grande parte dos pensadores europeus do século XX e XXI. Aqueles que também assumem o materialismo histórico-dialético como método científico caem nessa cilada. A própria historiografia marxista inglesa é formuladora dos termos conceituais citados acima. Dessa forma, é necessário realizar uma breve análise sobre o conceito de nação para os europeus e distingui-lo no sentido de entendimento sobre a nação nos trópicos. Mais ainda, é necessário situar o livro didático nesse contexto e desconstruir determinados tipos ideais a seu respeito.

A Nação na Europa e no Novo Mundo: breves distinções

Do ponto de vista da Ciência Política, ou até mesmo das Ciências Sociais de maneira geral, o debate sobre o conceito de nação é, provavelmente, um dos mais densos e complexos. Uma vez que, para categorizá-la, é necessário articular a ideia de nação com Estado, principalmente quando situamos o debate historicamente situado no século XIX. Para que não caiamos em devaneios ou imprecisões teóricas, a historiografia surge como ferramenta de contextualização dos debates travados por intelectuais ao longo do tempo.

A nação é um conceito por si só paradoxal. Parafraseando Otto Bauer, quanto mais forte é a ideia de nação, mais forte é o seu sentimento compartilhado perante uma comunidade e, ao mesmo tempo, mais distinta é essa comunidade perante as demais nações existentes no mundo. A forma melhor indicada para se retirar dessa dialética insuperável do ponto de vista da naturalização da ideia de nação – tratando-a como uma entidade genético-social existente desde a Antiguidade – é

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

situando-a no seu espaço-tempo. Dessa maneira, percebemos a não-linearidade do conceito ao longo da História e passamos a tratá-lo como um objeto social passível de um olhar crítico.

Diante do cenário historiográfico crítico sobre a nação, existem alguns divisores. Há aqueles que repudiam o conceito, situando o historiador como um desconstrutor das nacionalidades, uma vez impregnadas de mitos e tradições induzidamente inventadas. Eric Hobsbawm faz parte dessa ala intelectual. Do outro lado do ringue acadêmico, existem autores que repudiam a crítica antinacional, como Tom Nairn. Segundo ele, a crítica antinacional remete a uma construção na qual o historiador passa a falar de um “não-lugar”, caindo em um internacionalismo abstrato (BAUER apud. PALTI, 2006, p.11).

Para Elias Palti, entender a ideia de nação significa superar a binária oposição entre nacional/anti-nacional. É necessário promover suas distinções de acordo com o contexto histórico. Afinal, como já situamos acima, existem radicais diferenças entre o conceito de nação na Antiguidade e o conceito *moderno* de nação, principalmente advindo de fins do século XVIII e XIX.

Precisar historiograficamente o debate sobre a nação significa enxergar outras oposições intelectuais sobre o tema. Passamos a perceber a distinção entre aqueles que enxergam a nação como uma entidade *genealógica* –ou seja, permanente e imutável desde a Antiguidade europeia – ou como uma entidade *antigenealógica*. No entanto, mesmo com a dualidade histórica, dentro daqueles que defendem a nação como um conceito antigenealógico, é possível perceber a força da crítica diante de suas posições. Segundo Palti:

En efecto, la crítica ‘débil’ del nacionalismo no descarta todavía la posibilidad de que existieran, ya bajo el Antiguo Régimen, otras formas de nacionalidad, distintas de las modernas, lo cual resulta profundamente perturbador puesto que hace surgir inmediatamente la sospecha de que, de ser así, las naciones bien podrían sobrevivir a la erosión del concepto genealógico a que los historiadores del nacionalismo se encontrarían consagrados [...] Una crítica ‘fuerte’ del concepto genealógico de la nación debe poder sostener, pues, no sólo la afirmación – absolutamente irrefutable, pero aun fuertemente tautológica – de que antes de fines del siglo XVIII no existían las naciones modernas, sino que la nación *como tal* no existía anteriormente (PALTI, 2006, p.15-16).

Parte da perspectiva antigenealógica, sustentada por Eric Hobsbawm, pensa a nação como um “constructo mental”, “abstrato”, “discursivo” e “identitário”. A nação passa a ser entendida como uma “tradição inventada” que não representa o mundo real. Tal definição parte do pressuposto

dual, que divide o entendimento sobre o conceito entre uma definição objetiva e outra subjetiva. A nação seria, portanto, terreno das emoções e irracionalidades, não produzindo formulação concreta no mundo real.

O exemplo-padrão uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. Ernest Renan observou há mais de um século, ‘Esquecer, ou mesmo interpretar mal a história, é um fator essencial na formação de uma nação, motivo pelo qual o progresso dos estudos históricos muitas vezes é um risco para a nacionalidade’. As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes (HOBSBAWM, 1998, p.285).

O pensamento da chamada historiografia marxista inglesa, se colocado em relação às perspectivas que se vinculam ao campo da educação histórica – encabeçada pelos ensaios teóricos de Jorn Rusen – promove interessantes choques e embates necessários, principalmente para compreendermos a ideia de nação e sua necessidade de construção histórica, ou seja, de promoção de uma, digamos, *consciência histórica oficial*.

Uma consciência histórica oficial seria voltada para a construção de uma visão nacional, na qual o mito fundador do Estado-Nação aparece como o protagonista. O protagonista aqui se torna o político influente, em grande parte membro das elites econômicas e políticas de determinado tempo histórico. Para não ser impreciso temporalmente, podemos dizer que a consciência histórica oficial se inicia no século XIX, quando o ofício de historiador assume status de ciência na Europa.

Nesse sentido, dialogando com os pressupostos colocados pela historiografia inglesa, os manuais escolares fortalecem as tradições e a “invenção” de uma história uniforme e “pelo alto” das elites. É nessa interseção teórica que há um embate entre os campos de estudo.

Para o campo da educação histórica, entender a consciência histórica significa analisar as *estratégias narrativas* utilizadas pelos autores dos livros para produzirem determinado tipo de orientação prática. As narrativas dos livros, por não estarem ausentes da mediação das políticas públicas, ou seja, de uma concepção formulada no seio do Estado por intelectuais do campo histórico, também condicionam os autores, “sugerindo-lhes” diretrizes básicas para que seus materiais sejam aprovados e possam competir e ganhar destaque no mercado editorial.

Diferentemente das leituras que colocam a tradição como elemento anti-histórico e a ser combatido pelos historiadores, Rusen entende que existe uma maneira de pensar e se orientar por meio do entendimento de um passado mais imóvel. A tradição, ou em outras palavras, o próprio mito, é visto por Rusen como elemento participativo do conhecimento histórico, e não uma antípoda. Dessa forma, tudo indica que a perspectiva de Jorn Rusen se distingue da noção de *tradição inventada*, formulada por Eric Hobsbawm e Terrence Ranger:

A obra organizada por Hobsbawm e Ranger lida com a utilização de imagens que se referem a um passado longínquo, identificado à tradição, e seu uso para a integração social e legitimação institucional. Para os autores, tradição inventada é um conjunto de práticas que estabelece uma continuidade em relação a um passado histórico considerado apropriado pelos seus formuladores (Hobsbawm e Ranger, 2008:9). O mecanismo da tradição inventada – recurso de manutenção ou disputa por bens, direitos, vantagens por parte de grupos dominantes, submetidos ou emergentes – está sustentado na transformação de algo que é relativamente novo em algo que teria uma existência imemorial, ou que, no mínimo, se encaixa com uma tal antiguidade. Ela também é dotada de um caráter simbólico e ritual, com gestos e objetos que não tem função prática, *mas sim ideológica* [grifo nosso] (CERRI, 2011, p.34).

Partindo do pressuposto político, quais narrativas realizadas por agentes do Estado e intelectuais contratados para consolidar diretrizes e fundamentações para a construção da cidadania não são ideológicas? Se assumirmos a tese da invenção das tradições, não corremos o risco de reduzir todo o campo do ensino de história a uma mera fabricação de mitos, uma vez que a edificação da história escolar passa pelo reconhecimento e produção de uma identidade nacional? O simples fato de existir um horizonte de expectativa nacional significa caminhar num sentido contrário à produção de uma história crítica e global?

Diante de nossas fontes e de nosso quadro metodológico, cabem as seguintes questões: o que é mitificar um agente histórico? Em que medida esse fenômeno ocorre no livro Didático? Qual posição deve assumir o historiador? Devemos nos distanciar do mito e contribuir para sua destruição? Ou devemos assumir a árdua tarefa de explicá-lo e problematizá-lo, ao invés de simplesmente ignorar sua existência, colocando-o como objeto alheio ao nosso conhecimento?

Nesse sentido, os sujeitos políticos que se apresentaram como vanguarda de um ideário republicano-nacional – como Simon Bolívar e Tiradentes – ou de um Estado-Nação imperial – como é o caso de Dom Pedro I – precisam ser problematizados à luz de um olhar voltado para a apropriação contemporânea dessas figuras. Afinal, como são tratados nos livros? Qual é a

importância histórica dada para eles? Quais são os contrastes ideológicos entre essas figuras, quando utilizados para gerar um sentido histórico nacional nos livros didáticos?

Simon Bolívar e o bolivarianismo

Nas edições da Colecion Bicentenário, Simon Bolívar é o principal ícone dos materiais didáticos. Em todos os volumes existe algum tipo de referencial sobre o Libertador. Simbolicamente ele está em todas as capas dos livros, sombreado sob um cavalo, empunhado de uma espada na mão esquerda, no qual seu corpo é misturado aos contornos continentais da chamada “Nuestra America”, a América do Sul.

Simon Bolívar aparece para os venezuelanos como o pai fundador do registro político, jurídico, moral e ético, um exemplo a ser seguido por todos os latino-americanos. Mesmo que o registro político da Revolução Bolivariana seja o chamado “socialismo do século XXI”, é em Bolívar que se encontra a maior ênfase para as respostas filosóficas, rumo à construção de um novo projeto civilizatório para a Venezuela. Marx, Engels, Lênin e Mao complementam esse discurso, principalmente o de Hugo Chavez¹⁴⁰. No entanto, não assumem a base de sustentação teórica e exemplar como assume Simon Bolívar e seu projeto nacional independentista para toda a América Latina.

A narrativa sobre Bolívar permite a construção épica desse personagem. Um homem que lutou pela liberação das colônias hispânicas e buscou, com isso, formular um novo projeto nacional. Inspirado nos ideais de Francisco de Miranda – participante ativo da Revolução Francesa- que já em 1806 convida Bolívar rumo à empreitada de libertar a Venezuela e a América do jugo colonial espanhol - também é um dos primeiros formuladores da ideia da Pátria Grande, conforme assinala Jorge Abelardo Ramos:

Miranda había concebido una vasta Confederación, llamada Colombia, que abrazaría a los pueblos hispano-americanos desde Tierra del Fuego hasta el Misisipi. Esta organización política estaría coronada por un Inca como emperador hereditario. Contaría con dos cámaras, un poder judicial, un sistema de ediles y cuestores. En esta caprichosa combinación de Roma y Cuzco, la constitución americana completaría la amalgama (Idem, p.111).

¹⁴⁰ Ao que tudo indica, por ter se inspirado no maoísmo, Chavez contribuiu para a construção do Libro Rojo, do PSUV e deixou o Libro Azul como uma contribuição teórica antes de sua morte. A própria edição da Constituição Bolivariana em pequenos livros, baratos e acessíveis às camadas populares, remonta o estilo e a didática política formulada por Mao Tse-Tung.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

A utopia, associada à necessidade histórica de construção de uma grande nação americana moveu Simon Bolívar e aqueles que libertaram as colônias do jugo espanhol. O Congresso Anfictiónico realizado no Panamá em 1826 é a tentativa de construção do marco utópico proposto por Bolívar. Com sua morte, ocorre aquilo que Ramos chama de *balcanização criolla* da nação latino-americana. Divididas em pequenas nações e fragmentadas, controladas pelas elites locais, ocorre um processo de transferência da dependência e, conseqüentemente, uma reorientação da dominação no continente, que passa a ser controlado por Estados Unidos e Inglaterra.

Do ponto de vista da construção histórica de Bolívar, trata-se de um desbravador continental, que percorreu mais batalhas e caminhou mais quilômetros com seu exército que Alexandre, o Grande. Arriscamos a dizer que trata-se de um personagem épico-alexandrino (GIRARDET,1987, pg.75). Dentro do atual contexto sócio-político, afirmar Bolívar como elemento identitário significa dar continuidade às ideias de seu principal seguidor: Hugo Chavez Frias.

Voltando a questão dos materiais didáticos da Colecion Bicentenário, Bolívar é tão importante que existe um material específico sobre ele, para os alunos do terceiro ano do ensino médio, intitulado “Bolívar: un hombre de todos los tiempos”. De todos os capítulos desse livro, o que mais me despertou curiosidade foi logo o primeiro. O início do material já busca constituir o amálgama temporal da nação, a fusão ideológica necessária entre passado, presente e futuro. Logo no início do livro, há uma interessante mensagem para os professores que instrumentalizam os materiais didáticos.

La didáctica en la enseñanza del ideario bolivariano se construye desde múltiples miradas, por lo que esta debe ser el producto de la triangulación de tres aspectos: las y los estudiantes, actores y actrices sociales, protagonistas de su aprendizaje; las y los docentes, responsables de generar múltiples y diversas estrategias pertinentes para cada grupo; y el contexto particular en el que se encuentra ubicada la institución, a fin de que el conocimiento se genere en tiempos y espacios específicos. [...] Colega: te invitamos a seguir el consejo que nos dejó la maestra y poeta chilena Gabriela Mistral: “Enseña en tu clase el sueño de Bolívar, el vidente primero. Clávalo en el alma de tus discípulos con agudo garfio de convencimiento (...)”. Está en tus manos fomentar la valoración del ideario de Bolívar y la vigencia de su pensamiento, que no es más que la consolidación de la emancipación.

¡A iniciar el camino hacia la construcción de la nueva y el nuevo republicano que nuestro país necesita! (EQUIPO KARAIWE, 2013,p.1)

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Percebe-se a centralidade que assume o professor ao valorizar o ideário bolivariano para seus alunos. O professor, ao ensinar a história de Bolívar, contribui para a “consolidación de la emancipación” da Venezuela. A mensagem para os professores é coerente com a constituição do material, que logo no primeiro capítulo procura criar essa fusão ideológico-temporal entre Simon Bolívar e o novo ideário republicano pós-1999.

Es importante que conozcas que el actual nombre de nuestro país: República Bolivariana de Venezuela (1999), nació de una Asamblea Nacional Constituyente convocada por el entonces presidente de la República, Comandante Hugo Rafael Chávez Frías, como una manera de reivindicar el ideario de Bolívar, símbolo de unidad nacional, latinoamericana y caribeña. [...] Después de elaborado el proyecto constitucional, el pueblo elector fue convocado a un referendun aprobatorio, porque debía decidir si estaba o no de acuerdo con ese modelo. En efecto, el 15 de diciembre de 1999 este fue aprobado por mayoría de votos. [...] Cuando leas el preámbulo de la Constitución, te darás cuenta de que su fin supremo es “Refundar la República” con base al ideario que nuestro Libertador Simón Bolívar dejó inconcluso, porque la realidad de su tiempo histórico no se lo permitió. [...] Bolívar y los hombres y mujeres que participaron en el proceso de independencia de nuestro país nos dejaron un ejemplo de lucha por la patria, de libertad, igualdad y justicia. Por tal motivo, son mencionados en el preámbulo de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999) (EQUIPO KARAIWE, Idem, p.9).

Logo no início do primeiro capítulo, o projeto bolivariano contemporâneo iniciado por Hugo Chavez é visto como conclusão da obra de Bolívar, não realizada pelo Libertador devido aos limites de seu tempo histórico. A construção de uma democracia participativa a partir da Constituição de 1999 possui centralidade para o bolivarianismo, elemento chave para a unidade nacional e o fermento ideológico necessário para uma nova Venezuela.

O fato de Bolívar se encaixar como um precursor da Constituição Bolivariana o coloca como um homem que enxerga para além de seu tempo, “um homem de todos os tempos”, como sugere o nome do material didático analisado. Cabe a ele ser a luz, uma espécie de prisma político-ideológico do povo venezuelano, latino-americano e caribenho em geral. Nesse sentido, Bolívar se torna “um visionário”:

Bolívar: un visionario

El pensamiento de Simón Bolívar abarcó muchas facetas que supo fusionar en el trayecto de dos décadas dedicadas a crear repúblicas independientes del imperio español, lo que lo consolida como un visionario. A continuación conocerás algunas de ellas:

Visionario: persona capaz de anticipar una visión justa del futuro.

Bolívar legisló sobre el manejo y la propiedad de las minas mediante un decreto en el que estas pasaron a ser del Estado; es decir, las nacionalizó en el año 1829. El Libertador

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

decidió dictar esta orden debido a que España, en 1523 y 1786, por medio de decretos, se adjudicó la propiedad de las minas.

En 1829, Bolívar ordenó que los beneficios económicos de las salinas y de la fundición y amonedamiento de metales del territorio se entregaran al Estado. Esta idea de soberanía para el manejo de los recursos del actual espacio de Venezuela está presente hoy en día en el artículo 12 de nuestra Constitución, en el cual puedes apreciar que se hace referencia a las minas e hidrocarburos presentes en el país.

También legisló para controlar la exagerada burocracia, evitar el enriquecimiento ilícito de funcionarios, la corrupción administrativa y el contrabando; viejas aberraciones que, posteriormente, en lugar de aminorarse, se incrementaron y todavía lastiman y perjudican la vida de la sociedad.

Nada fue improvisado, todo se ajustó a situaciones reales que se debían superar, porque si algo caracterizó la acción del Libertador fue la planificación.

Bolívar, aunque no utilizó los términos “conservación” ni “ecología”, implementó medidas que contemplaban, a través de un cuerpo legal, la protección de bosques, aguas, suelos, fauna y minas.

Probablemente, ese interés de Bolívar por preservar los recursos naturales tuvo su origen en la admiración que tuvo por la naturaleza desde que era niño, además de que su condición de propietario de plantaciones le había permitido adquirir conocimientos sobre el valor del agua para los cultivos. Además de ello, había estudiado Historia Natural y tuvo conversaciones sobre el tema ambiental con Alejandro de Humboldt y Aimé Bonpland (EQUIPO KARAIWE, Ibidem, p.13).

Em um mundo onde especialistas consideram o contexto atual global de crise “ambiental e ecológica”, a qual fomentada pelos altos níveis de consumo promovidos pelos países centrais do capitalismo, surge um Bolívar que pensa em questões de “planejamento” e “distribuição da água” para todos os cidadãos. Mais uma vez, o passado é utilizado como arma exemplar para a profecia dos nossos problemas, assim como um possível reformador para um futuro melhor.

Fica clarividente que Bolívar é a base de sustentação de uma consciência histórica oficial da nova nação bolivariana. Um país que busca construir um novo modelo civilizatório a partir do “socialismo do século XXI”, o Libertador, ao que nos parece, é a principal ferramenta ideológico-salvacionista para o futuro da nação venezuelana. É a partir dele também que a própria Venezuela busca romper com a balcanização entre as nações latino-americanas. Obviamente que, sem a “reencarnação política” de Bolívar na figura de Hugo Chavez, o Libertador ainda assumiria um papel simbólico e ideológico secundário na luta entre o antigo Estado – pautado na democracia liberal-representativo-burguesa – e o Estado que tenta nascer a partir de suas bases antigas-

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

projetado a partir da “democracia participativa, da plurinacionalidade e do protagonismo popular”- conforme sugerido pela Constituição de 1999.

Dentro da seara conceitual construída pela Constituição de 1999, como é possível dar substância a uma democracia participativa e plurinacional? Ou seja, como incluir as diferentes etnias – indígenas e afrodescendentes - que conformam e se constituem enquanto um Povo Novo? Vejamos o trecho abaixo, sobre Bolívar e a questão indígena:

Con relación a los indígenas, Bolívar emitió un decreto de protección de los mismos en el Cuartel General del Rosario de Cúcuta (actual Colombia) el 20 de mayo de 1820, en el que estableció, entre otros aspectos, la devolución a las comunidades indígenas, como propietarias legítimas, de todas las tierras que formaban los resguardos, los cuales serían repartidos a cada familia a fin de que pudieran cultivarlas, tomando en cuenta el número de personas que conformaban cada una de ellas.

En el presente, la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999), en su Artículo 119, establece lo siguiente:

El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y en la ley.

Lo leído anteriormente nos permite inferir que el Estado, actualmente, le brinda protección jurídica a los pueblos indígenas como nunca antes se había hecho en la historia de Venezuela. Nuestra Carta Magna ha servido de ejemplo a otras naciones hermanas en materia de reconocimiento de los pobladores indorinarios y de las tierras que por derecho les pertenecen.

Es importante señalar que Bolívar vivió en una sociedad en la que las y los indígenas padecían las consecuencias de la dominación colonial, eran discriminados y carecían de muchos derechos, entre ellos, la participación política. Esto no fue impedimento para que el Libertador reconociera la importancia de “los naturales”, como él los llamaba, por lo que buscó la manera de defender no solo sus tierras, sino también de brindarles educación, así como prohibir la explotación de estos por parte de sacerdotes, jueces, políticos o cualquier persona (EQUIPO KARAIWE, op. Cit, p.15).

Bolívar no trecho destacado serve como um amálgama, uma espécie de síntese crioula-mestiça dos Povos Novos americanos. Pode ser até tratado como um “proprietário de plantações” como vimos em um trecho anterior. No entanto, a sua distinção com relação ao espanhol se dá por sua mestiçagem, mesmo que seja filho de importante família de donos de escravos e latifundiários súditos da Coroa espanhola. O Libertador aparece como essa provável síntese dos povos novos, um

símbolo capaz de se locomover entre os diferentes estratos sociais e étnicos da sociedade que vivia o jugo colonial, seja no século XIX ou em seu processo de recolonização durante o século XX, a partir da estruturação do capitalismo dependente na América Latina. Por isso, a contradição sobre quem foi Bolívar de fato e a relação com sua classe de origem é tangenciada, no sentido de manter uma coerência com a construção ideológica de um Bolívar inserido no seio das camadas populares. De certa maneira, o “Bolívar Bolivariano” é um personagem ligado mais à sua relação com os escravos – como sua própria ama-de-leite, a Negra Hipólito – e indígenas, quando de sua prisão pelos espanhóis na sua primeira empreitada pela libertação colonial.

Para garantir o status de homem célebre, o livro busca mostrar algumas curiosidades sobre a vida privada do Libertador. São destacadas as amantes de Bolívar, suas respectivas biografias, como elas as encontrou em cada momento da vida (Equipo Karaive, p. 24). Mostra-se necessário, portanto, tratar do político em todas as suas dimensões. Não somente elementos biográficos visíveis à questão pública, mas também privadas. É extraído o máximo de informações possíveis sobre o Libertador. Afinal, todas elas são imprescindíveis para a sustentação de uma consciência histórica oficial e bolivariana. Trata-se de um herói a ser mantido vivo em todos os aspectos inerentes à vida humana- sejam elas ações políticas e militares, projetos políticos e utopias, passando pelos afetos e por sua personalidade romântica- garantindo uma faceta de eternidade em sua “obra terrena”. Assim como acontece com Hugo Chavez, Bolívar não morreu. Trata-se de uma desapareção física. O herói precisa estar vivo para a garantia do equilíbrio moral de todos os venezuelanos e latino-americanos em geral.

Diante desse cenário, qual é o tom dado pelos livros didáticos brasileiros para heróis como Tiradentes e Dom Pedro I? Há um contraste ou semelhança na forma descritiva de suas narrativas de vida?

Tiradentes e Dom Pedro I

Mesmo que não sejam figuras políticas que dividem o mesmo tempo-espço na história do Brasil e representam construções distintas, Dom Pedro I e Tiradentes compõem capítulos da história nacional brasileira. O primeiro por ter sido o primeiro governante do Estado, tendo sido visto como um fundador no período imperial. Já o segundo, trata-se de uma apropriação simbólico-mítica,

iniciada nos idos da primeira república. Ambos, atualmente, carregam consigo o peso de terem sido vistos em momentos distintos como heróis nacionais em diferentes épocas históricas.

A Inconfidência mineira, hoje reconhecida pelos autores por Conjuração Mineira, foi um importante objeto de discussão nos livros didáticos e na historiografia. Segundo Thaís Fonseca, o ator político que carrega consigo a síntese desse processo –Tiradentes - exerceu um papel pedagógico nos livros Didáticos, de consolidação da identidade nacional entre aquilo que a autora chama de república populista, ou seja, durante um recorte temporal de 1930 a 1960. A autora, a partir desse recorte, mostra o quão importante é para o Estado “sacralizar” e “celebrar” a figura de Tiradentes, chegando até as décadas de 80, 90 e nos anos 2000:

Muitas transformações ocorreram na historiografia, nas artes, no ensino de História, desde aquela época. Não obstante, as mesmas idéias ainda ecoam em nossos dias e, mesmo que aparentemente não despertem mais interesse, continuam a ser repetidas e, de certa forma, a fazer sentido. Assim é que, sob os auspícios do Governo do Estado de Minas Gerais, as escolas públicas mineiras receberam, em abril de 2001, um livrinho intitulado *Joaquim José: a história de Tiradentes para crianças*. Escrito e ilustrado por um publicitário e artista plástico de Belo Horizonte, ele comprova o quanto as representações tradicionais de Tiradentes ainda são caras na defesa de uma identidade, nacional ou regional – neste caso sobretudo da última – e o quanto ainda servem a interesses políticos. O livro foi publicado e distribuído como parte das estratégias de propaganda do governador Itamar Franco, usando, mais uma vez, a Inconfidência Mineira como instrumento de combate à privatização das estatais e de oposição ao governo federal. O Tiradentes-Cristo está presente no texto, mas sobretudo nas primorosas ilustrações do autor, que ao mesmo tempo heroificam e sacralizam o personagem, apresentando-o militante, bandeira na mão, pregando a revolução, cercado por seus companheiros-discípulos, elevado à sacralidade por anjinhos sorridentes. Falar das Minas Gerais do setecentos significa, assim, falar do passado de lutas gloriosas, de bravos exploradores dos sertões, de cidades pontuadas de igrejas cobertas de ouro e de heróis supliciados nas mãos das autoridades portuguesas, em defesa dos ideais de liberdade (FONSECA,2002,p.8-9).

A importância de um fato histórico como a Conjuração Mineira para os brasileiros se auto-justifica pelo seu poder de difusão de diversas formas de apropriação e de construção da consciência histórica nacional. A manipulação das figuras e dos símbolos que conformam a identidade nacional pela política, tanto por representantes das classes dirigentes quanto por aqueles que lutaram contra elas, demonstra certa unanimidade. Desde grupos guerrilheiros de esquerda anteriores à ditadura militar,¹⁴¹ passando pelos generais da ditadura, do Exército brasileiro, a Igreja, a elite política conservadora mineira e nacional: todos querem se identificar com uma figura que

¹⁴¹ Em 1961 é criado por Francisco Julião e líderes operários o Movimento Revolucionário Tiradentes. Tinha como método de enfrentamento político a luta armada, antes mesmo do golpe militar. Durante a ditadura militar realizou ações conjuntas com outros agrupamentos guerrilheiros. Ver FILHO, Daniel A. R. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

lutou contra a empresa colonial na América Portuguesa, que fazia parte de uma elite política, sendo o menos abastado financeiramente dos conjuradores. Afinal, que símbolos e exemplos históricos são importantes para servirem como ferramentas de poder simbólico¹⁴² significativas que envolvem a figura de Tiradentes?

Em cada conjuntura e em cada grupo social que tenta se identificar com Tiradentes percebemos uma variação. Se na ditadura militar o mais importante da figura de Tiradentes era situá-lo como um patrono da nação, a apropriação realizada pelos defensores de Tancredo Neves após sua morte envolvia não só o significado patriótico, mas também a conotação regional mineira e a vinculação católica de Tiradentes (PALHA, 2011). Para algumas organizações de esquerda, Tiradentes foi visto como símbolo de um nacionalismo progressista e revolucionário, uma vez que sua luta anti-colonial serve como inspiração para impulsionar uma libertação nacional, promovendo uma luta anti-imperialista, tanto por setores de esquerda mais reformadores, representados pelo trabalhismo quanto pelos militantes dos agrupamentos da luta armada. O entendimento sobre Tiradentes era muito semelhante.

Mesmo que haja esse poder simbólico significativo, os livros didáticos brasileiros atuais têm dado pouca importância à figura de Tiradentes e à narrativa da Conjuração Mineira. Nos livros que analisamos, tanto o fato histórico como a figura deste indivíduo são brevemente explicadas e não ocupam mais de duas páginas sobre o período. Em um dos livros, nem o termo Conjuração Mineira e nem mesmo o nome tradicional Inconfidência Mineira dão título a esse fato histórico. Ao que parece, o eufemismo é utilizado como estratégia de “desconstrução de mitificação” do período histórico tratado, onde o título dado para explicar esse processo é “Nova Revolta toma forma na Região das Minas” (PILLETI *et al.* 2011,p.114). Tiradentes aparece como um elemento coadjuvante da Conjuração Mineira, não possuindo qualquer centralidade e importância política que o diferencie dos demais líderes desse processo.

Tal horizontalidade cria, no entanto, um paradoxo pela própria perspectiva do livro, que prefere dar ênfase à morte de Tiradentes, mostrando que sua punição foi severamente diferente com relação aos demais conjuradores. Não há nenhuma explicação e problematização nos livros sobre os motivos que levariam a Corte portuguesa a realizar uma punição exemplar com Tiradentes. Em um

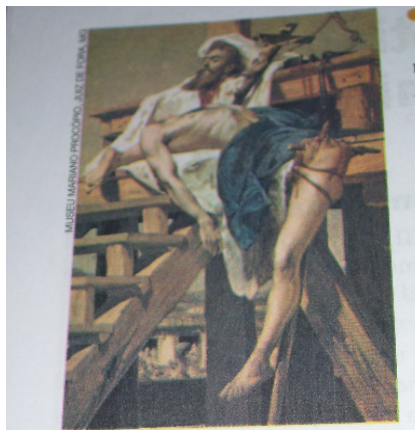
¹⁴² Aqui entendemos o poder simbólico na perspectiva sugerida por Pierre Bourdieu. Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

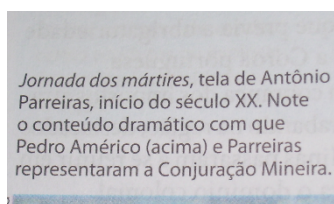
Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

dos livros, sequer existem exercícios que problematizam sua figura (Apolonário,2011). No entanto, a maioria das imagens que buscam dar sentido à narrativa escrita estão predominantemente focadas nele. A clássica obra de Pedro Américo, onde Tiradentes jaz esquartejado aparece em ambos os livros. Tiradentes é um homem enforcado e mutilado pela elite colonial. No entanto, as razões que levaram a essa punição não são explicadas para nossos alunos e professores. Ao contrário da explicação, tenta-se promover uma negação tácita do fato histórico, conforme podemos perceber na descrição das telas de Pedro Américo e Antônio Parreras:



Tiradentes esquartejado, tela de Pedro Américo, 1893.

A obra *Tiradentes esquartejado* foi produzida no contexto da república recém-fundada no Brasil e expressa o projeto de criação, por parte da elite política, intelectual e artística do Brasil, dos heróis nacionais, sendo Tiradentes um deles. A pintura representou, contudo, a fragilidade do suposto herói e seu fim trágico, martirizado pela violência do sistema colonial.



Jornada dos mártires, tela de Antônio Parreras, início do século XX. Note o conteúdo dramático com que Pedro Américo (acima) e Parreras representaram a Conjuração Mineira.

Fonte : MELANI, Maria Raquel Apolinário. Projeto Araribá: História. São Paulo: Moderna, 2007, p. 156.

Alertar para esse drama significa dizer que há certo exagero na construção das representações artísticas. É inferido um claro juízo de valor dos autores do livro didático para que o aluno e o professor observem que a “dramaticidade” está interligada à intencionalidade dos pintores em construir o “mártir da Inconfidência (ou Conjuração)”. A intenção de se produzir uma consciência histórica crítica, conforme proposto por Rusen, ou seja, a partir de uma narrativa que

desconstrói o mito e sua importância, quer relativizar as práticas de punição exemplar feitas pela corte portuguesa. Nesse sentido, o efeito paradoxal de uma consciência histórica crítica de negar o mito acaba por reforçar distorções históricas e até mesmo relativizar a importância do político no devir histórico nacional.

A descrição da tela de Pedro Américo pode também ser problematizada. Segundo ela, a construção de uma representação em torno da figura de Tiradentes “expressa o projeto de criação, por parte da elite política intelectual e artística do Brasil, dos heróis nacionais, sendo Tiradentes um deles”. Ao que parece, a narrativa do livro desconhece a apropriação ampla deste mártir, e sequer problematiza a construção de um “Tiradentes mais à esquerda”, uma vez que tal representação é uma criação de uma “elite” que possui um projeto de “criação [...] dos heróis nacionais”.

A tentativa de apresentar o Tiradentes cadáver, ao que nos parece, entra em sincronia com o método dominante de leitura do político no livro Didático brasileiro e da defesa da tese da invenção das tradições. Cabe ao historiador quebrar os mitos fundadores, pois eles fazem parte de uma construção ideológica operada pelas classes dominantes. Dar ênfase à sua morte tem um significado radical: apagá-lo da construção de uma memória histórica coletiva.

Nesse sentido, é predominante na narrativa do livro didático uma consciência histórica que busca afirmar uma *contra-narrativa*. Para Rusen, ela é uma estrutura de pensamento que se opõe aos tipos tradicional e exemplar. A consciência histórica crítica percebe as transformações do homem no tempo, resistindo às permanências da moral dominante:

As narrações deste tipo formulam pontos de vista históricos, demarcando-os, distinguindo-os das orientações históricas sustentadas por outros. Por meio dessas histórias críticas dizemos ‘não’ às orientações temporais predeterminadas de nossa vida. [...] Sua contribuição aos valores morais se encontra em sua crítica dos valores. Desafia a moral apresentando o seu contrário. As narrações críticas confrontam os valores morais com a evidência histórica de suas origens ou consequências imorais (RUSEN, 2011, p.66-67).

A consciência histórica de tipo crítico é a negação de valores culturais que são passíveis de serem percebidas a partir do processo histórico. A narrativa de tipo crítico produzida nos livros didáticos pode fomentar novas interpretações do processo histórico que partam de uma visão mais ampla do conhecimento histórico. Dentro dessa tipologia também situamos as narrativas que fogem de uma análise global, propondo uma leitura histórica identitária e fragmentada do processo histórico, onde determinadas dimensões do social são negadas, como a própria política, por

exemplo. Portanto, as contra-narrativas podem assumir diversas facetas “críticas” durante o processo de constituição da narrativa histórica.

Dialogando com a tipologia proposta, ao que nos parece o livro didático se propôs a negar a figura de Tiradentes e a negar as *orientações temporais* (Rusen, 2001; 2011) que predeterminam a vida do homem brasileiro, que vê nesse rebelde – com todas as nuances e gradações históricas necessárias para chegarmos a uma definição que use essa palavra para descrever Tiradentes no final do século XVIII - um importante marco de *orientação prática no tempo*. A crítica ao mito e a obsessão por desconstruí-lo, ao invés de problematizá-lo e apresentar outras facetas e leituras sobre as diferentes apropriações históricas da mesma figura, levaram aos construtores de tal narrativa a produzir uma (contra?-) narrativa esvaziada de sentido político-social.

Segundo os estudos de Vartuli (2006) sobre a representação de Tiradentes no imaginário dos jovens, a partir da análise das respostas sobre a inconfidência mineira no vestibular, é possível detectar três tipos de respostas sobre o Alferes: uma que identifica a tela de Pedro Américo como uma interpretação histórica que denuncia a repressão colonial, lutando por uma “causa vencida” ; a segunda – predominante – que coloca Tiradentes como figura sacralizada e mitificada pelo artista, extrapolando interpretações que entendem a imagem como uma “figura-verdade”, ou seja, como um documento que retrata diretamente a concretude da realidade, típica de interpretações oficialistas-positivistas ; a terceira resposta identifica Tiradentes como herói popular, como militante que esteve presente em um determinado contexto e foi líder de um empreendimento anti-colonial , interpretação minoritária diante do quadro de respostas.

Articulando os estudos da autora com nossas investigações, tanto a visão da repressão quanto a visão do homem mito descolam o político de sua ação no mundo real, fazendo com que Tiradentes perca um sentido histórico central para a construção do imaginário político e social do Brasil. Por mais que vejamos equívocos hiperbólicos para aqueles que procuram na história de Tiradentes e na Inconfidência Mineira um horizonte de expectativa, procurando problematizá-lo como sujeito histórico ativo das lutas, assim como os que procuram sepultá-lo, mortificando-o como um homem vencido pela repressão e um “messias” do imaginário republicano do início do século XX, os livros didáticos pouco procuram estabelecer múltiplas interpretações sobre o mesmo sentido histórico, mostrando assim que não há pluralidade de visões sobre a história nas narrativas. Pelo contrário, há um *sentido único* e declarado sobre a interpretação de Tiradentes nos livros

didáticos: o da mitificação a partir do seu esquecimento na história, seja por meio da ênfase dada à repressão colonial ou pela ênfase à sua sacralização, como um antiquado mito da nossa história.

Diante do cenário teórico proposto sobre a questão nacional na América Latina, o Brasil se insere nesse contexto com particularidades que o distingue perante a construção dos estados nacionais do continente. Trata-se de uma independência com um registro político distinto e de um processo de emancipação que constituiu um Estado imperial, sob o comando de um membro da família real portuguesa.

Apesar dessa identidade política brasileira ser distinta no que diz respeito à conformação política estatal das elites, a identidade continental foi uma mola propulsora para o rompimento com a metrópole. Segundo o professor João Paulo Pimenta, a associação da palavra América com a ideia de liberdade era constantemente reivindicada por jornais da época. Mesmo que a nação brasileira tenha nascido como produto histórico único e singular, foi a visão de América que proporcionou a primeira etapa da consolidação do enfrentamento político com a metrópole e a consequente emancipação. Como bem nos apresenta o professor, até mesmo os conselheiros reais de Dom João VI enxergavam na América Hispânica uma possível aliada dos setores emancipadores da América Portuguesa:

Em 1818, um conselheiro real recomendava a D. João ‘de modo algum provocar os Revolucionários de Buenos Aires [...], pois o maior paradoxo político que hoje se possa imaginar é haver quem queira supor que o vasto Continente da América do Sul se tornará ainda Colônia da Europa’. Argumentava que ‘queiram ser ou sejam independentes os Povos vizinhos ao Brasil não é um motivo para lhes declarar uma guerra aberta: pelo contrário [...] Os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os Americanos do Sul e mesmo os do Norte’ (PIMENTA, 2006,p.76).

Podemos perceber que, até mesmo quando o Brasil possui um estatuto político equivalente a Portugal por meio do Reino Unido de Dom João VI, as próprias elites metropolitanas, contrárias à emancipação e a independência, percebiam que o continente possuía uma visão nacional americana ampla que, caso houvesse algum tipo de retaliação, aliança ou tentativa de auxílio ao Antigo Regime espanhol, poderiam sucumbir diante de uma revolta à moda bolivariana.

A relação entre o conceito de América atribuído pelas classes dirigentes independentistas criollas e as classes brasileiras, apesar de se forjarem politicamente a partir de uma visão continental, são distintas no que diz respeito a construção dos estados nacionais. Enquanto que na América Espanhola foi constituída por pouco tempo uma grande nação, posteriormente

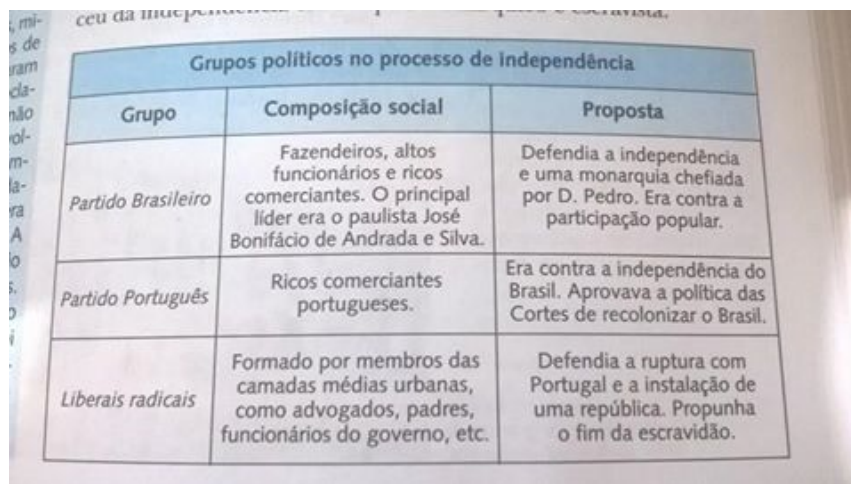
EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

“balcanizada” em pequenas e fragmentadas repúblicas, a nação brasileira se formou por meio de uma relação ainda metropolitana. Afinal, foi necessário o filho do rei português para a formação de um consenso entre grupos políticos que se enfrentavam no período (os chamados grupos portugueses e brasileiros).

Diante da breve narrativa historiográfica, cabe situar D. Pedro I nos livros didáticos brasileiros. De maneira geral, os materiais analisados situam Dom Pedro I a partir da sua ação na esfera pública. Os materiais brasileiros apresentam os conflitos entre as elites políticas e a defesa das posições do Imperador por meio dos acontecimentos políticos no Brasil e em Portugal. Em um dos materiais há um box explicando as divergências entre os grupos políticos locais:



Grupos políticos no processo de Independência		
Grupo	Composição social	Proposta
Partido Brasileiro	Fazendeiros, altos funcionários e ricos comerciantes. O principal líder era o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva.	Defendia a independência e uma monarquia chefiada por D. Pedro. Era contra a participação popular.
Partido Português	Ricos comerciantes portugueses.	Era contra a independência do Brasil. Aprovava a política das Cortes de recolonizar o Brasil.
Liberais radicais	Formado por membros das camadas médias urbanas, como advogados, padres, funcionários do governo, etc.	Defendia a ruptura com Portugal e a instalação de uma república. Propunha o fim da escravidão.

Fonte: MELANI, Maria Raquel Apolinário. Projeto Araribá: História. São Paulo: Moderna, 2007, pg.147.

A ação de D. Pedro I na esfera pública é tratada a partir de um cenário complexo de disputas. Não há, conforme percebemos em estudos anteriores¹⁴³, uma homogeneização das elites políticas como uma entidade única. Existe a preocupação constante, durante as narrativas, de demarcação do registro político, sempre numa perspectiva relacional entre Dom Pedro I, as elites locais e os acontecimentos globais.

Diferente dos conteúdos analisados referentes à Conjuração Mineira, não há nos mesmos materiais quaisquer perspectivas de correlação entre dimensões temporais distintas. Ou seja, o passado de Dom Pedro I nos livros não mereceu atenção para que fosse realizado algum tipo de “manobra histórica”, conforme percebemos nos materiais didáticos venezuelanos. Dessa maneira,

¹⁴³ Estudos que realizamos durante nossa iniciação científica.

as categorias independência e soberania nacional brasileiros permanecem estanques no século XIX. Não há uma “amarra” na orientação temporal na qual é problematizada a ideia de sermos uma nação independente, como ocorre na própria Venezuela.

Outro fato que nos chamou atenção sobre Dom Pedro I nos materiais brasileiros diz respeito à sua não mitificação moral e ética. Não há qualquer tentativa de apresentar as dimensões de sua vida privada ou de situá-lo como um patriarca da nação. Por outro lado, sua heroificação em tempos anteriores também sequer é discutida. Cabe a Dom Pedro I somente o seu papel num determinado e limitado tempo histórico que esteve no poder.

Considerações finais: a respeito dos contrastes

Durante a escrita desse artigo, tentamos estabelecer uma sincronia na comparação dos mitos fundadores nacionais. No entanto, sabemos das dificuldades metodológicas impostas, uma vez que tratamos separadamente cada um desses indivíduos, podendo gerar algum tipo de paralelismo ou desconexão comparativa. Dessa maneira, cabe o exercício nas considerações finais de enxergar os contrastes entre as diferentes narrativas sobre os mitos fundadores nacionais.

O primeiro contraste que percebemos consiste em nosso quadro teórico. Se de um lado temos um Bolívar dos manuais escolares que nega a tese de invenção das tradições, temos um Tiradentes e um Dom Pedro I que são assumidos dentro desse espectro, mesmo que implicitamente. É possível perceber que, do lado bolivariano, há a necessidade de ressuscitar o Libertador e tratá-lo como paradigma teórico, filosófico, político, moral e ético. Bolívar torna-se um grande homem épico-alexandrino a ser ressuscitado. Todas as dimensões da sua vida merecem ser problematizadas, inclusive a vida de suas amantes.

Do lado brasileiro, para Tiradentes só resta o túmulo de um mártir temporalmente situado, mesmo que seu exemplo histórico tenha transcendido sua existência física. Cabe ao livro retratar somente a barbárie de sua morte. Pouco ou nada se problematiza em torno dos projetos políticos defendidos durante a Conjuração Mineira e a importância de Tiradentes como figura pública nesse processo. No caso de Dom Pedro I, percebe-se a necessidade de apresentá-lo “mais sobriamente”, situando-o no cenário de disputas pelo poder. O fato de ambos aparecerem com ares de sobriedade

nos livros nos dá a impressão de desconsiderá-los como figuras públicas importantes ou até mesmo como marcos de orientação prática no tempo.

Os próceres independentistas venezuelanos são tratados como mártires nacionais, figuras públicas de respeito e a serem idolatradas, sendo Bolívar a vanguarda desse culto ideológico. Bolívar é protagonista da história. Do lado brasileiro, os heróis de ontem são tratados como figuras coadjuvantes no processo. Diante do contraste colocado, existe meio termo entre a idolatria e a negação do protagonismo dos políticos, os mitos fundadores nacionais? A forma como o mito se constituiu enquanto sujeito histórico na América Latina possui as mesmas características dos mitos fundadores positivistas europeus? Ou seja, é possível situar a narrativa bolivariana sobre Bolívar no mesmo espectro das narrativas sobre os mitos fundadores do Estado francês, inglês ou alemão? Basta apertar o botão teórico do positivismo que conseguimos situá-lo dentro da ideia das narrativas tradicionais? Não há um meio termo teórico capaz de explicar e problematizar a construção da ideologia nacional latino-americana como produto histórico concreto e singular de um determinado tempo?

As questões levantadas são dúvidas que não possuem uma resposta exata, devido ao terreno arenoso em que se situam. A questão nacional brasileira, e a latino-americana em geral, precisam de um espectro teórico e crítico próprio, que reflita suas especificidades. Não cabe aqui inferir um juízo de valor sobre as teses historiográficas que aparentam orientar a confecção dos materiais didáticos, e sim propor soluções para novos problemas que não se adequam tão facilmente à binariedade crítica das “invenções de tradição” ou do positivismo pura e simples. Ao mesmo tempo, não se adequam à construção de uma ideologia nacional que remonte os idos novecentistas da construção dos estados nacionais europeus, pois os próprios “protagonistas” são radicalmente distintos. Ou seria possível colocar Tiradentes e Bolívar no mesmo “balaio de gato” da gironda ou do jacobinismo francês? Ou reduzi-los a uma mera comparação com Thomas Paine ou qualquer outro inglês ou norte-americano com ideais advindos do iluminismo? Enfim, são questões em aberto, não respondidas pelo autor do capítulo, mas que podem alimentar futuras discussões.

Referências Bibliográficas:

CERRI, L.F. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

EQUIPO KARAIVE. *Colecion Bicentenario: Bolívar: um hombre de todos los tempos- Educacion Media*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013

____. *Colecion Bicentenario: Historia de Venezuela e Nuestroamerica- Educacion Media*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013.

____. *Colecion Bicentenario: Historia de la Republica- Educacion Media*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Educacion, 2013.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. *A PEDAGOGIA DA MEMÓRIA: A INCONFIDÊNCIA MINEIRA NA EDUCAÇÃO MORAL E POLÍTICA (1930-1960)*. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44. 2002.

GIRARDET, RAOUL. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidades. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MELANI, Maria Raquel Apolinário. *Projeto Araribá: História*. São Paulo: Moderna, 2007.

MORÓN, REYES, ROMERO E DIAS R. *Historia Universal de Venezuela*. Caracas: Editora Santillana, 2011.

PALHA, C. L.. Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. In: *Revista Brasileira de História*, v. 31, p. 217-234, 2011.

PALTI, Elias. *La nación como problema*. Los historiadores e la “cuestion nacional”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PIMENTA, João Paulo. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 3, 2006.

PILLETI, PILLETI & TREMONTE. *História e Vida Integrada*. São Paulo: Ática, 2010.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latino-americana*. Buenos Aires: Continente, 2012, 3ª Edição.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RUSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, M. Auxiliadora, BARCA, I. & MARTINS, E. de Rezende (org.). *Jörn Rusen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

VARTULI, Silva. *Tiradentes pelo Pinceis e Narrativas: arte, ensino e imaginário nas interpretações dos vestibulandos*. Belo Horizonte, MG: Biblioteca Digital da UFMG, 2006.